

COGAS/SENTEL  
 ONTO  
 DATA 2/2/97  
 DESP  
 B2

SUELY CALDAS

## A mais complexa das privatizações

A privatização do setor elétrico vai mudar radicalmente o figurino atual do papel do Estado nos negócios de energia elétrica. Para o governo, ainda não está totalmente clara a definição do novo modelo. Tudo depende dos resultados de um abrangente estudo contratado à empresa de consultoria Coopers & Lybrand, que promete entregar o relatório final até maio próximo. A Lybrand já produziu dois relatórios parciais e o último, que acaba de sair do forno, deu importantes indicativos que possibilitaram de- flagrar, na última quarta-feira, o cronograma de privatização da primeira geradora de energia federal a ser leiloada, Furnas Centrais Elétricas, e ter uma idéia — inicial, mas segura — do tamanho e funções que assumirá no futuro a hoje toda poderosa Eletrobrás.



**No setor elétrico, cada passo exige do Estado cuidado redobrado para impedir abusos**

Historicamente estatal (desde que a Light saiu de mãos canadenses) e monopolista, o setor de energia elétrica é, possivelmente, o de privatização mais complexa. É grande demais, com muitas estatais sendo ofertadas ao mesmo tempo; funcionários que nunca trabalharam em regime de livre concorrência, mas possuidor de um rico patrimônio, avaliado em várias dezenas de bilhões de dólares e cobiçado por empresas estrangeiras. A experiência de privatização brasileira que mais se aproxima das empresas elétricas é a do setor siderúrgico, esse bem mais simples, não monopolista,

com um número de estatais que não chegava a uma dezena e a holding Siderbrás já extinta quando elas começaram a ser vendidas. No caso, a holding Eletrobrás existe e será preservada. E a grande diferença é que siderurgia se limita a fabricar e vender aço, enquanto energia elétrica é um serviço público essencial. Portanto, cada passo dado na privatização exige do Estado muito cuidado para, no futuro, impedir abusos de preço e garantir à população fornecimento e qualidade do serviço.

O Estado pretende retirar-se definitivamente da geração e distribuição, mas permanecerá na atividade-meio da transmissão, por considerar a única forma de garantir neutralidade de interesses. O segundo relatório da Coopers & Lybrand permitiu que o governo começasse a estudar uma política para a tarifa a ser cobrada pela transmissão da energia entre a empresa geradora e a distribuidora. A precedência dessa definição é essencial. Sem ela, nenhum investidor ousaria comprar as geradoras federais e estaduais sem ter idéia do potencial de faturamento pelo transporte da energia. Ainda não há uma conclusão sobre a questão, mas o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, garante que a definição da metodologia de cálculo dessa tarifa não passa de março. Com isso, foi possível o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dar o primeiro passo, na última quarta-feira, para a privati-

zação de Furnas, ao publicar o edital de contratação da empresa que vai montar a modelagem de venda. O governo quer vender Furnas até o final deste ano.

Na verdade, o modelo de venda de Furnas acaba de ser definido pela Coopers & Lybrand e a empresa contratada pelo BNDES apenas cuidará dos detalhes. O governo estudava três opções: vendia a geração de Furnas em bloco, dividida em três bacias hidrográficas, ou uma por uma de suas usinas. A Lybrand recomendou a segunda alternativa, por considerar que a venda em bloco contém o risco de criar um monopólio privado gigante e de difícil fiscalização, enquanto a divisão em três empresas facilita ao poder público fiscalizá-las, estimula a concorrência e não desvaloriza o preço final de venda, o que ocorreria no caso da terceira opção.

A Eletrobrás vai reduzir de tamanho, poder, funcionários e funções. Seu nome será preservado. Sem a atividade de geração, de onde vem hoje a maior parte de seu faturamento, porém, ela ficará com o osso: as deficitárias usinas nucleares, que nunca produziram um centavo de lucro, acumulam prejuízos elevados e vivem com problemas técnicos. A Eletrobrás também permanecerá responsável pelo segmento da transmissão de energia e ganhará uma nova função: a de fiscalizar as empresas privadas, a partir de um grande conselho integrado por representantes das empresas geradoras e distribuidoras, além do poder público. Nesse particular, seu papel não se confunde com o que será desempenhado pela Aneel, que cuidará de formular regras de regulação, comercialização e fiscalização.

Hoje, no País, há três blocos gera-

dores de energia: o federal (Furnas, Eletrosul, Eletronorte e Cia. Hidrelétrica do Rio São Francisco — Chesf), o paulista (Cesp) e o mineiro (Cemig). Há, entre eles, a preocupação de evitar o que vem sendo chamado de *indigestão do setor elétrico*, ou seja, privatizar muitas empresas ao mesmo tempo, o que causaria depreciação do valor de venda. No entanto, há também disputa. E, sem dúvida, levará vantagem quem vender primeiro. O programa de privatização do governo de São Paulo é o mais adiantado dos três e certamente tomará a dianteira nessa corrida com o governo federal. O governador mineiro, Eduardo Azeredo, ao contrário, definiu que o controle acionário da Cemig permanecerá estatal.

Uma segunda disputa será travada fora da privatização, pela atividade de transmissão — que permanecerá estatal. O presidente da Eletrobrás não esconde o interesse em abocanhar toda a malha de transmissão, mas para isso precisa comprar as partes da Cesp e Cemig. Hoje, as quatro subsidiárias garantem à Eletrobrás 58% da malha de transmissão e o restante é dividido entre as duas empresas estaduais. Para ter a parte de São Paulo nas mãos, Firmino Sampaio espera usar R\$ 1,5 bilhão de debêntures emitidas pela Cesp em favor da Eletrobrás, quando do recente acordo de pagamento da dívida da Cesp. "Poderíamos trocar as debêntures por 49% dos ativos da Cia. Paulista de Transmissão", propõe. Só que o secretário de Energia de São Paulo, Davi Zylbertajn, não se rende e promete resgatar as debêntures com o dinheiro da venda da Cesp. Vai ser uma briga boa.

■ Suely Caldas é jornalista